

## UM RELATO SOBRE O PROJETO “CORPOS QUE TRANSITAM NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA INVESTIGAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO”

*Tainá dos Reis Garcia<sup>1</sup>*  
*Paula Regina Costa Ribeiro<sup>2</sup>*

### RESUMO

O projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE da Universidade Federal do Rio Grande - FURG e intitulado “Transitando no espaço escolar: produções discursivas de profissionais da educação com estudantes trans” tem como objetivo investigar a produção discursiva de profissionais da educação com relação aos/as/es estudantes trans nas escolas do município de Rio Grande. A importância do projeto se justifica frente a reconfiguração que tem ocorrido nas escolas, em que sujeitos trans que passam a fazer parte do grupo que escapa à norma e, portanto, precisam de estratégias de regulação que governam as vidas e os corpos, determinando posturas e escolhas; tornando-os sujeitos neste mundo contemporâneo. O referencial teórico do projeto baseia-se nos Estudos Culturais, em suas vertentes pós-estruturalistas e a pesquisa é de abordagem qualitativa, em que se optou pela investigação narrativa como metodologia. As estratégias utilizadas para a produção dos dados foram: mapeamento das escolas públicas de ensino fundamental e médio do município de Rio Grande/RS com estudantes trans e pesquisa nos currículos das escolas e nos documentos oficiais de educação. A análise dos dados está pautada nas análises discursivas numa perspectiva foucaultiana. Esperamos que este estudo contribua com a promoção de discussões acerca dessas questões no espaço escolar, nos permitindo traçar um panorama mais completo da realidade vivenciada pelos estudantes trans em nossas escolas. Os resultados obtidos serão fundamentais para a construção de políticas públicas inclusivas e para o desenvolvimento de estratégias que promovam um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso.

**Palavras-chave:** Gênero, Narrativas, Estudantes trans, Profissionais da educação.

1 Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, tainareisg@gmail.com;

2 Professora orientadora: Professora Titular do Instituto de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, pribeiro.furg@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A diversidade tem sido objeto de debates e transformações significativas na sociedade contemporânea. A presença de pessoas trans no espaço escolar é uma realidade cada vez mais evidente, gerando a necessidade de compreender e abordar adequadamente as questões relacionadas aos corpos trans nesse contexto. Como pesquisadora cisgênero, reconheço a importância de investigar as experiências, discursos e práticas que envolvem os corpos trans no ambiente escolar em diálogo com pesquisadoras e pesquisadores trans, a fim de contribuir para a promoção de uma educação inclusiva, respeitosa e igualitária.

Nos últimos anos, temos testemunhado um crescimento da visibilidade de pessoas trans no debate público. Diversas formas de mídia, como jornais, revistas, filmes e novelas, têm dado cada vez mais destaque a essas identidades. À medida que a “diferença” trazida por essa parcela da população se torna mais evidente nas esferas sociais, surgem diversos desconfortos que antes eram silenciados, a fim de reafirmar posições problemáticas que eram amplamente aceitas, mas que agora enfrentam resistência. Isso tem levado à produção de narrativas alternativas que buscam traçar um caminho menos violento e difícil do que no passado, embora ainda permeado por violências.

De acordo com o dossiê mais recente da Antra (Associação Nacional de Travestir e Transsexuais) lançado em 27 de janeiro de 2023 referente ao ano de 2022, pelo menos “151 pessoas foram mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas. A mais jovem trans assassinada tinha 15 anos, e vimos um acirramento na patrulha contra crianças e adolescentes trans, sendo inclusive vítimas de violências dentro do ambiente escolar.”

E embora haja uma leve queda em relação a 2021, o perfil das vítimas se manteve o mesmo. Chama atenção o país figurar novamente como o que mais consome pornografia trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto no mesmo momento em que o Brasil figura como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 14º ano consecutivo.

Houve ainda 142 violações de direitos humanos e os casos de impedimento de uso do banheiro foram os que mais tiveram destaque nesta edição. Ainda segundo o dossiê, “seguimos vendo a política estatal de subnotificação da violência lgbtifóbica, e os estados insistem em não levantar os dados sobre violência contra a população LGBTQIA+, em especial os assassinatos.” Mantém-se a falta de dados sobre o perfil dos suspeitos, no mesmo momento em que os nomes de registro das vítimas são expostos, sem menção aos seus nomes sociais.

Portanto, entendemos a violência contra as pessoas trans e travestis como uma realidade que precisa ser combatida urgentemente, para tanto, se fazem necessárias diversas estratégias, dentre elas, a criação de políticas públicas e ações como a CPI<sup>3</sup> da transfobia, que aconteceu em 2021, proposta e presidida pela deputada Erika Hilton<sup>4</sup>, sendo a primeira CPI a investigar a transfobia no Brasil, onde a partir da sua conclusão conseguiu se ouvir as mais diversas esferas da sociedade, no âmbito educacional, da segurança pública, no encarceramento, na saúde, enfim foi discutido a transfobia em várias ramificações, sem ficar fixa a ideia de que a transfobia é somente a violência física sofrida por pessoas trans, quando, a transfobia também se constitui institucionalmente, se dando de diversas formas, não apenas na representação da violência física.

A CPI se debruçou, portanto, a olhar a violência a física que macula pessoas trans e travestis, mas não apenas, visando também as outras particularidades das transfobias institucionais. Ao final, o relatório desta CPI foi enviado para as mais diversas esferas do poder, com recomendações ao ministério público federal, aos governos estaduais e municipais e outras entidades para que se tomassem medidas cabíveis.

Os dados alarmantes do dossiê da Antra, evidenciam que para além de uma “epidemia trans”, como muitos/as nomeiam, o que prospera é uma epidemia de transfobia, operada, de acordo com Bruna Benevides (2022 p.6) pela “necro-Trans-política.”

Ao descrever as identidades trans como uma “epidemia”, o pensamento contemporâneo demonstra sua falta de habilidade em lidar com as transformações corporais que revelam as influências históricas, políticas e culturais que moldam nossos entendimentos dos corpos. Para Pedro Ambra e Sofia Favero (2022), esse pânico de uma “epidemia de transições” se dá não porque estamos vendo mais pessoas trans, mas sim por estarmos vendo pessoas trans em lugares que não esperávamos, indicando que talvez não saibamos muito bem o que é ou o que pode um corpo.

Pensar os corpos trans, é pensar o gênero como “um artifício flutuante”, uma possibilidade de romper com a lógica binária. Assim, a proposta é questionar a produção de saberes sobre os corpos desses sujeitos, problematizando como esses corpos foram e são progressivamente “desvelados” com o objetivo de produzir

3 Comissão Parlamentar de Inquérito é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo, que transforma a própria casa parlamentar em comissão para ouvir depoimentos e tomar informações diretamente.

4 **Erika Hilton** é vereadora eleita da cidade de São Paulo. Negra e transvestigênera, foi a mulher mais bem votada em 2020 em todo o país, presidenta duas vezes da Comissão de Direitos Humanos de São Paulo.

“verdades” sobre seus corpos e seus modos de ser e estar na sociedade. Bento destaca que:

O corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher), que dá inteligibilidade aos gêneros, encontra nas existências trans seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo assim um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, depara-se com outra “revelação”: a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe uma essência interior e anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade também se liberam para comporem arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos. (2014, p. 52).

É importante ter uma compreensão mais profunda da experiência trans para superar os preconceitos e construir uma sociedade mais inclusiva e justa. Neste sentido, este projeto de pesquisa de doutorado busca investigar os discursos e práticas a respeito dos/as estudantes trans no espaço escolar. Para isso, foram propostas as seguintes questões de pesquisa: Que discursos e práticas estão presentes na escola com relação aos sujeitos trans? A Educação Básica tem promovido discussões a respeito de estudantes trans? E Como os currículos de escolas de Educação Básica têm promovido discussões a respeito de estudantes trans?

Nesse contexto, nossas inquietações se somam, então, à necessidade de pensar como profissionais de educação das escolas têm entendido e lidado com jovens trans, a fim de contribuir com a formação daquelas/es que atuam dentro dos espaços educativos, bem como com a minha própria aprendizagem enquanto pesquisadora.

Em minha trajetória enquanto pesquisadora no Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola GESE, fiz aproximações com as temáticas relacionadas aos estudos dos corpos, além de me aproximar de diversas escolas, equipes pedagógicas e estudantes, através do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero que tem como objetivo apoiar as escolas das redes estadual e municipal da Educação Básica do Rio Grande/RS, que tenham interesse em desenvolver ações para a promoção e a reflexão acerca da igualdade e equidade dos gêneros com vistas à construção de estratégias que resultem na redução dos indicadores de desigualdades, ao mesmo tempo, em que busquem dar visibilidade ao tema.

O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE, que completou 20 anos em 2022, tem se dedicado a promover discussões sobre corpos, gêneros e sexualidades, no espaço da escola, da universidade e em outros espaços educativos,

o que tem sido um movimento de luta e resistência, principalmente nos últimos anos, em que há um cerceamento/controlado dessas discussões. Além disso, o grupo tem se dedicado a estudar e pesquisar algumas questões centrais no estudo de uma educação para a sexualidade em diferentes espaços sociais, o combate ao sexismo, ao racismo, a misoginia, LGBTQIfobia, entre outras manifestações de preconceito e discriminação.

Sendo assim, essa pesquisa busca não só contribuir com entendimentos sobre os corpos que transitam no espaço da escola, como também contribuir para que profissionais da educação possam questionar e desestabilizar as suas compreensões pedagógicas vinculadas aos corpos, gêneros e sexualidades, sendo assim, acho pertinente buscar ampliar os entendimentos de que as marcas dos acontecimentos inscrevem-se nos corpos de estudantes que rompem com padrões, sejam estes de gênero, sexo, raça, geração, entre outros aspectos, construídos e aceitos socialmente, fazendo com que esses sujeitos passem a carregar a marca da anormalidade em seus corpos.

Entender os corpos trans como construção, possibilita perceber o quanto discursos, pedagogias, práticas sociais, saberes científicos, entre outros, produzem esses corpos e inscrevem determinadas marcas. Os significados produzidos sobre esses corpos deslizam e escapam não apenas porque são alterados, mas porque são objeto de disputas por diferentes saberes e instâncias culturais que falam deles, que afirmam o que eles são, como são e como devem ser.

Frente a essas questões, destaca-se a importância do debate dessas temáticas e a visibilidade desses sujeitos no espaço escolar a fim de desconstruirmos como esses corpos são nomeados de forma binária e discriminados conforme se ajustam, ou não, às normas estabelecidas pela sociedade.

Os discursos da normalidade sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades dos sujeitos, têm sido professados e justificados como certos, verdadeiros e legítimos. Para tanto, a escola tem colocado em operação estratégias de controle para tornar “normal” o corpo “anormal”. No entanto, o espaço escolar tem se reconfigurado com relação a essa questão, trazendo outros sujeitos para o grupo de estudantes entendidos/as como anormais. Se antes os/as considerados/as anormais nessa instituição eram os/as estudantes com dificuldade de aprendizagem, os indisciplinados, as pessoas com deficiências; hoje, percebemos que os/as hiperativos/as, os gays, as lésbicas, as travestis e os/as transexuais também passam a integrar esse grupo (RIBEIRO, 2014).

Assim, com o propósito de fazer com que os anormais não escapem a esse poder da norma, a escola tem se utilizado de discursos dos diferentes campos de saber – Psicologia, Medicina, Psiquiatria, Biologia, Educação, entre outros que

buscam olhar, analisar, estudar e que se ocupam dos sujeitos – para classificar o normal e o anormal. Esses discursos põem em funcionamento estratégias de regulação que governam as vidas e os corpos, determinando posturas e escolhas; tornando-os sujeitos neste mundo contemporâneo (FOUCAULT, 2002).

Pensando nessa reconfiguração que tem ocorrido na escola, e nos sujeitos trans que passam a fazer parte desse grupo que escapa à norma, emerge o projeto “Transitando no espaço escolar: produções discursivas de profissionais da educação com estudantes trans” tendo como objetivo investigar a produção discursiva de profissionais da educação com relação aos/as/es estudantes trans nas escolas do município de Rio Grande.

O entendimento de que as questões centrais no estudo dos corpos, dos gêneros e das sexualidades se referem ao papel das culturas, dos sistemas de significação e suas relações de poder, uma vez que esses elementos sociais se encontram implicados na constituição dos sujeitos, levou-nos a estabelecer, algumas conexões com os Estudos Culturais, nas suas vertentes pós-estruturalistas.

## METODOLOGIA

Buscando estratégias metodológicas que permitissem percorrer os labirintos da pesquisa pós-estruturalista em educação, refletindo os caminhos a serem utilizados e a colaboração entre as pesquisadoras, colaboradores/as da pesquisa e contexto sociocultural, nos aproximamos da pesquisa qualitativa por compreendê-la como uma análise que leva em consideração as peculiaridades e a importância de cada relato e experiência. A partir dessa concepção, as orientações da pesquisa qualitativa servem de guia para as estratégias metodológicas de produção e análise dos dados desse projeto de pesquisa que ora se apresenta, e especificamente a pesquisa narrativa, definida por Clandinin e Connelly (2015, p. 20) como “uma forma de entender a experiência”, por compreendemos a narrativa como uma prática social que constitui os sujeitos e produz sentidos às experiências, tanto para si, quanto para os/as outros/as e para os contextos em que estão inseridos/as.

Propomos então, três movimentos de pesquisa, sendo o primeiro, o mapeamento das escolas municipais e estaduais. No município de Rio Grande/RS há 57 escolas de ensino fundamental da rede municipal e 30 escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual, sendo assim, através do envio de um formulário no google forms foram solicitadas informações sobre estudantes trans, como: A escola possui alunos/as/es trans? Quantos? A escola conhece as normativas para uso do nome social de estudantes trans? O/a responsável pelo/a/e estudante

menor de idade autorizou o uso do nome social? Os/as professores/a, equipe diretiva e pedagógica e funcionários/as estão se dirigindo aos/as estudantes pelo seu nome social nas dependências da escola? Os/as professores/a, equipe diretiva e pedagógica e funcionários/as estão se dirigindo aos/as estudantes pelo seu nome social nas dependências da escola? Posteriormente será feita uma visita a escolas que informarem a presenças de alunos/as/es trans, a fim de conhecer os movimentos da escola com relação a esses/as estudantes.

O segundo movimento consistiu em pesquisas nos currículos das escolas e nos documentos oficiais de educação, a fim de averiguar como os documentos e políticas públicas tem promovido discussões sobre sujeitos trans no espaço escolar.

E finalmente, o terceiro movimento de pesquisa, onde serão feitas entrevista narrativas com professoras/es, equipe diretiva e estudantes trans a fim de investigar que discursos e práticas estão presentes na escola com relação aos sujeitos trans. As entrevistas narrativas enquadram-se num plano investigativo de caráter qualitativo, do tipo descritivo, em que se procura “interpretar e compreender histórias complexas, tendo em conta os significados, as experiências e as emoções num determinado acontecimento ou contexto social”, segundo Bárbara Martins e Virgínia Ferreira (2016, p. 620). É um método de pesquisa não estruturada e de profundidade, que conduz o/a entrevistado/a a sua memória, “recordando-se de acontecimentos, experiências pessoais que tendem a ser detalhadas em forma de sequência de acontecimentos ligados entre si”, com uma “lógica temporal específica, com princípio, meio e fim, localizando-a no tempo e no espaço, a partir de suas perspectivas e representações”. (Ibid., p. 620).

A pesquisa foi encaminhada e aprovada pelo CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da FURG, sob o número CAEE: 70045423.6.0000.5324 seguindo a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os/as participantes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapeamento das escolas municipais e estaduais, assim como as entrevistas narrativas com professoras/es e equipe diretiva estão em processo de desenvolvimento. Até o momento, o formulário enviado as escolas obteve 50 respostas. Estas respostas, entretanto, foram obtidas mediante a muita insistência, muitos e-mails, ligações e visitas as escolas, tendo uma diretora que inclusive se

recusou a responder exclusivamente pela temática da pesquisa, evidenciando a transfobia existente também por parte dos/as profissionais de educação nos espaços escolares.

A análise dos documentos oficiais de educação evidenciou a importância do parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 - Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica e pela resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares<sup>5</sup> ficou instituído a nível nacional, de acordo com o Art. 1º, que: “Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares.” No Art. 2º “fica instituída, por meio da presente Resolução, a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica.” O Art. 3º assegura que “Alunos maiores de 18 anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento sem a necessidade de mediação”. E o Art. 4º assegura que “Alunos menores de 18 anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus representantes legais, em conformidade com o disposto no artigo 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Na cidade de Rio Grande, foco da implementação do projeto, tanto a 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE 18), quanto a Secretaria de Município da Educação (SMEd) autorizam e reconhecem o uso do nome social de estudantes trans nas escolas (Figuras 1 e 2). Essa autorização está claramente expressa nos documentos analisados, demonstrando o compromisso dessas instituições em promover a inclusão e o respeito à identidade de gênero autodeclarada.

---

5 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/61941-nome-social>



## Figuras 1 e 2

### REQUERIMENTO DE INCLUSÃO/USO DE NOME SOCIAL

O (a) aluno (a) de nome social \_\_\_\_\_,  
com nome civil \_\_\_\_\_,  
Cadastrado no sistema ISE com número de matrícula \_\_\_\_\_, portador(a) de  
Cédula de Identidade \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, data de nascimento  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, filiação \_\_\_\_\_ e  
\_\_\_\_\_, solicita a inclusão do nome social nos registros  
escolares internos e o uso no tratamento, com fundamento no DECRETO ESTADUAL RS Nº  
48.118, DE 27 DE JUNHO DE 2011, RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2018 do  
Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação. |

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do aluno conforme nome social

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

Contato do responsável: ( ) \_\_\_\_\_

O estado do Rio Grande do Sul instituiu política pública de inclusão - Carteira de nome social - DECRETO No 49.122, DE 17 DE MAIO DE 2012, confeccionada através do Instituto Geral de Perícias, sendo a primeira via gratuita. Consulte mais informações no IGP e garanta o direito do cidadão em acesso a dispositivos legais de proteção da pessoa trans.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO



### AUTORIZAÇÃO DE USO DO NOME SOCIAL

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_,  
residente na \_\_\_\_\_, pai/mãe  
e/ou responsável legal pelo(a) estudante \_\_\_\_\_, da  
Escola \_\_\_\_\_, do \_\_\_\_\_  
ano \_\_\_\_\_, da turma \_\_\_\_\_, AUTORIZO, em conformidade com os dispostos dos  
artigos 205, 206 e 207 da Constituição Federal de 1988, do art. 3º, IV, da Lei 9.394, de 20  
de dezembro de 1996 (LDB), de acordo com a Resolução nº 01, de 19 de janeiro de 2018,  
do Conselho Nacional de Educação, que o(a) estudante acima seja reconhecido(a),  
identificado(a) e denominado(a) pelo nome social adotado por ele(a) no âmbito desta  
Escola, sem que haja menção ao seu nome de registro civil.

Ciente de que os dados registrados em seu Documento Oficial de Identificação não  
coincidem com o nome social adotado por ele(a), segue anexa cópia de seu Documento  
Oficial de Identificação, para que ele(a) possa ser devidamente identificado(a) e participar  
desta Instituição utilizando seu nome social:

\_\_\_\_\_

Rio Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

**Fonte:** Arquivo pessoal das autoras, 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ainda está em andamento, mas esperamos que contribua com informações importantes para a questão trans nos espaços escolares. Por se tratar de uma temática emergente, que tem aparecido cada dia mais nas escolas, entendemos que esta pesquisa é de extrema relevância, sendo a coleta e análise dos dados essencial para nos permitir traçar um panorama mais completo da realidade vivenciada pelos estudantes trans em nossas escolas. Os resultados obtidos serão fundamentais para a construção de políticas públicas inclusivas e para o desenvolvimento de estratégias que promovam um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, n. 2, nov. 2014, p. 46-66. Disponível em: <[http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf\\_25](http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25)>. Acesso em: 20 de set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017. **Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/61941-nome-social>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018. **Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/61941-nome-social>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, Michael. **Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. rev. Tradução: GPNEP: Grupo de pesquisa narrativa e educação de professores. ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.

FAVERO, Sofia; AMBRA, Pedro. A anatomia de um pânico moral. **Revista cult**, p. 14-17, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso no collège de France. São Paulo: Martins Fontes. 2002

MARTINS, Bárbara; FERREIRA, Virgínia. Potencial das entrevistas narrativas no estudo de experiências traumáticas a partir das narrativas de mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**. 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/1007>. Acesso em: 18 set. 2023.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Os corpos no espaço escolar**:(re) configurações dos/as alunos/as anormais em tempos pós-modernos. FERRARI, Anderson. et al. Corpo, Gênero e Sexualidade. Lavras: UFLA, 2014.